

~~Rejeitado~~
Rejeitado



fl. 01
assinado

CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA
ESTADO DE SÃO PAULO

PROJETO DE lei n.º 005/81-E

AUTOR:- Chefe do Executivo

ASSUNTO:- "Autoriza a instituição do Pla-
no Comunitário no município e das
outras providências".

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIUNA

ESTADO DE SÃO PAULO



15.02
J. J. J.

OFÍCIO Nº 043 /81-5A.

IBIUNA, 04 DE FEVEREIRO DE 1981.

DESPACHO: Leia-se na Sessão Ordinária do dia 05/02/81 e a seguir encaminhe-se - ao Presidente das Comissões para - examinar os Pareceres.

Ibiuna, 05 de Fevereiro de 1981.

SENHOR PRESIDENTE:

Fadlo Rahal

- Pelo presente, passamos às mãos de Vossa Excelência, o Projeto de Lei sob o nº 151, desta data, que dispõe sobre autorização à instituição do Plano Comunitário no Município e dá outras providências, o qual deverá ser apreciado por essa Egrégia Câmara de Vereadores em CARÁTER DE URGÊNCIA, na forma disposta pelo § 1º do art. 26, do Decreto - Lei Complementar nº 9, de 31 de dezembro de 1969.

Valemo-nos da oportunidade para | apresentar a Vossa Excelência, nossos protestos de estima e elevada consideração.

Atenciosamente

- DR. ORLANDO DA SILVA -
PREFEITO MUNICIPAL

À
SUA EXCELENCIA, O SENHOR
FADLO RAHAL
DD. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IBIUNA,
N E S T A.

Recb. em 05/02/81
J. J. J.

| |
|---|
| DO GABINETE |
| PARA <u>os Comissários</u> |
| <u>Competentes</u> |
| DATA <u>27 DE 02 DE 1981</u> |
|  |
| FADLO RAHAL PRESIDENTE |

PREFEITURA MUNICIPAL DE
ESTADO DE SÃO PAULO



OFÍCIO Nº 042 / 81-587

LIQUIDAÇÃO, DA DE

SENHOR PRESIDENTE:

- Pelo presente, passamos a informar a Vossa Excelência, o Projeto de Lei nº 121, de 1981, que dispõe sobre a instalação de uma Comissão Municipal e de outras providências, a qual deverá ser aprovada por essa Câmara Municipal em caráter de urgência, na forma disposta pelo § 1º do art. 2º, do Decreto - Lei Complementar nº 9, de 31 de dezembro de 1969.

Devido aos fatos expostos acima, apresentamos a Vossa Excelência, nossos protestos de estima e estima e sigla consideração.

Atenciosamente

- DR. GILBERTO DA SILVA -
PREFEITO MUNICIPAL

SUA EXCELÊNCIA, O SENHOR

FADLO RAHAL

DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

U. E. S. T. A.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIUNA

ESTADO DE SÃO PAULO



PROJETO DE LEI Nº 151.

DE 04 DE FEVEREIRO DE 1981.

"Autoriza a instituição do Plano Comunitário no Município e dá outras providências".

FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Ibiúna aprova e eu ORLANDO DA SILVA, na qualidade de Prefeito do Município de Ibiúna, sanciono e promulgo a seguinte Lei:-

ARTIGO 1º - Fica o Prefeito Municipal autorizado, visando a execução de obras e serviços, a instituir os Planos Comunitário e Extraordinário no Município.

ARTIGO 2º - Consiste o plano comunitário na execução de obras e serviços de pavimentação de vias públicas, quando solicitados pgr, pelo menos 60 (sessenta por cento) dos proprietários dos imóveis.

ARTIGO 3º - Consiste o plano extraordinário na autorização do Executivo para, em caso de interesse público devidamente justificado, execução dos serviços referidos no artigo anterior, sem a consulta dos proprietários dos imóveis.

ARTIGO 4º - Para a execução dos planos de que tratam os artigos anteriores, o Executivo fica autorizado a contratar com Empresas Particulares, cuja escolha será feita por licitação.

ARTIGO 5º - Autorizada a execução das obras e serviços pelos planos comunitário ou extraordinário, a permissionária elaborará os respectivos projetos e custos, os quais serão submetidos aos proprietários interessados juntamente com o critério de pagamento, após a aprovação do Executivo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Compreende custo, os serviços técnicos ou não, preliminares, probatórios e complementares, inclusive os estudos e projetos.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Serão considerados, na elaboração de custo os serviços referidos no parágrafo anterior, os juros, despesas de financiamentos, correção monetária e despesas de administração.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os juros, despesas de financiamento, comissões e despesas de administração serão pré-fixados não podendo serem alterados após a celebração dos contratos com os proprietários, salvo a aplicação da correção monetária que obedecerá os índices e variações estabelecidas pelo Governo Federal.

ARTIGO 6º - Os interessados serão convocados por edital da permissionária, a fim de conhecerem o custo da obra ou do serviço, bem como o critério de rateio e a delimitação das áreas dos imóveis.

PARÁGRAFO ÚNICO - Dentro de 10 (dez) dias da publicação do edital, os interessados poderão oferecer fundamentada impugnação aos elementos.

ARTIGO 7º - O custo final da obra ou serviço será distribuído a cada proprietário do imóvel lindeiro do local beneficiado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Se o critério de custo pelo metro linear de testada do imóvel for inaplicável, o custo será apurado considerando-se a proporcionalidade que custar a cada imóvel.

-Segue-...

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIUNA

ESTADO DE SÃO PAULO



- 02 -

PARÁGRAFO SEGUNDO - O pagamento do serviço presta do pela permissionária obedecerá a seguinte forma:

- I - A vista, até o vencimento da primeira parcela;
- II - A prazo, em parcelas mensais e sucessivas, até o máximo de 14, acrescidas dos encargos financeiros referidos no artigo 5º desta Lei,

ARTIGO 8º - Nas obras ou serviços executados em vias públicas com uma ou mais vias carroçáveis, cuja largura ultrapasse 15 metros, o Município será responsável pelo pagamento do que exceder essa medida.

ARTIGO 9º - No caso do artigo anterior, quando as obras atingirem praças públicas ou imóveis de propriedade do Município o pagamento obedecerá a forma estabelecida no parágrafo 2º do artigo 7º desta Lei.

ARTIGO 10º - A cobrança da cota devida aos proprietários que não aceitarem os planos, será feita após 30 (trinta) dias da entrega da obra ou serviço pela permissionária.

ARTIGO 11º - O pagamento será feito através de Carnet ou Aviso e, se não pagas no prazo avençado, terá o seu débito vencido acrescido em 30% (trinta por cento), mais juros de mora de um por cento (1%) ao mês e correção monetária que observará o índice estabelecido pelo Governo Federal.

ARTIGO 12º - Sobre o valor bruto e final das obras ou serviços será incluída uma porcentagem de 5% que reverterá ao Município para execução de obras ou serviços de seu interesse.

ARTIGO 13º - A falta de pagamento de 3 (tres) parcelas consecutivas, implicará no vencimento antecipado das prestações vincendas, sem prejuízo da multa, juros, correção monetária, custas e despesas processuais, incidentes sobre o saldo cobrado.

ARTIGO 14º - A permissionária da obra ou serviço de que trata esta Lei ficará sujeita aos prazos estabelecidos pelo Executivo e à multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor da obra ou serviço, salvo se justificar o atraso, e a administração aceitar essa justificativa.

ARTIGO 15º - A permissionária será responsável perante terceiros pelas obrigações contraídas ou por danos causados sem que caiba ao Município o dever de acorrer para saldá-las.

ARTIGO 16º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IBIUNA, AOS 04 DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DE 1981.

-DR. ORLANDO DA SILVA-
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIUNA

ESTADO DE SÃO PAULO



Handwritten signature and initials, possibly "R. O. S. Silva".

- JUSTIFICATIVA -

- PROJETO DE LEI Nº 151, DE 04/02/1981-

SENHOR PRESIDENTE,
SENHORES VEREADORES:

- O presente projeto de lei objetiva a criação de planos comunitário e extraordinário, para a execução de obras e de serviços em geral, em todas as suas fases, desde que solicitados por um mínimo de 60% (sessenta por cento), no mínimo, de proprietários interessados, por iniciativa própria ou por convocação da Prefeitura.

Para tanto, o Executivo fica autorizado a contratar firmas particulares, após licitação, as quais elaborarão os custos, para conhecimento e apreciação dos interessados, integrando estes os serviços técnicos ou não, preparatórios e complementares, inclusive estudos e projetos.

A Prefeitura responderá pelo pagamento dos bens imóveis de sua propriedade, beneficiados, bem como pelas quotas dos proprietários não concordantes, na forma estabelecida nesta proposição.

Para Município, como o de Ibiúna, de pequena arrecadação e enorme soma de obrigações para atender aos interesses da Comunidade, a aprovação de planos comunitários, como ora se propõe, constitui uma saída, para se realizar obras e serviços, mesmo com poucos recursos, desde que se conte com o concurso da população.

Ibiúna, sabem os dignos representantes do Legislativo, vem progredindo a olhos vistos, em vários setores, graças a iniciativa privada, mas o mesmo não se dá, em igual intensidade, no Setor Público, justamente pela carência de recursos.

Para exemplificar, basta atentar para o estado lastimável da maioria das ruas do centro, todas elas a reclamarem urgente atenção do Poder Público, vez que, como se apresentam, esburacadas, além de recomendar mal os dirigentes da urbe, causam péssima impressão aos olhos dos que aqui moram daqueles que nos visitam, isto sem se falar nos perigos decorrentes, representados por quedas de transeuntes e pela avaria de veículos que por elas transitam.

Assim sendo, submetemos à apreciação dessa digna Corporação, o presente projeto, esperando venha a ser transformado em Lei.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IBIÚNA,
AOS 04 DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DE 1981.

-DR. ORLANDO DA SILVA-
PREFEITO MUNICIPAL



CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

ENCAMINHAMENTO:

Em atenção ao Despacho do Sr. Presidente, faço nesta data, o encaminhamento do Projeto de Lei nº 005/81-E, ao Presidente das Comissões para exarar Parecer.

Ibiúna, 09 de Fevereiro de 1.981.


MAFALDA GABRIEL NANNI

Assistente de Diretor

Resp. P/Secretaria Administrativa



CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

EXMO. SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA:
INFORMAÇÕES SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 005/81-E.

1304
[Signature]

Quanto ao Projeto em tela gostaríamos que o -
Consultor Jurídico da Câmara Municipal de Ibiúna, opinasse a -
respeito nos seguintes itens:

- a) - Quanto a legalidade do mesmo;
- b) - Quanto a sua viabilidade;
- c) - Se o referido plano existe nas cidades -
circunvizinhas, tais como: São Roque, - -
Piedade - Sorocaba etc...
- d) - Esclarecer para melhor entendermos sobre
os Artigos 9º e 12º, este último não a--
chamos correto o seu conteúdo.

Solicitaríamos brevidade nas informações aci-

ma.

Sem mais atenciosamente,

- Iuquim Elias - Relator -



CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

DESPACHO:

Encaminhe-se ao Assessor Jurídico e posteriormente após a juntada do Parecer ao Sr. Relator.

Ibiúna, 12 de Fevereiro de 1.981.

Fadlo Rahal
FADLO RAHAL
PRESIDENTE

fls 09
J. J. J.

P A R E C E R

1.- Pelos chamados "planos comunitários", as Prefeituras Municipais autorizam os particulares, proprietários/ de imóveis lindeiros às vias públicas, a contratarem a execução/ de obras de pavimentação com firmas particulares devidamente cadastradas junto aos respectivos órgãos técnicos.

Assim, se a maioria dos proprietários cujas testadas abranjam certa proporção do trecho a ser pavimentado (geralmente 75%) requereram ao Prefeito a execução das obras / pela firma empreiteira indicada no requerimento, a autorização / pode ser dada, desde que os interessados se responsabilizem pela totalidade dos serviços.

A função da Prefeitura, nesses casos, é/ a de mera fiscalizadora, não só quanto à qualidade das obras como também quanto aos preços e juros cobrados dos particulares. .

Em linhas gerais, esse é o sistema que / funciona no Município da Capital.

2.- Entretanto, o processo foi se desvirtuando, muito mais por culpa das empreiteiras que nem sempre con seguiam as adesões aos planos.

Inventou-se, ao lado do plano comunitário, e para funcionar simultaneamente, o chamado "plano extraordinário", para a execução dos serviços sem qualquer consulta aos proprietários, de tal sorte que fica criada a casta dos optantes e a dos não optantes.

Estes, geralmente por não possuírem con dições financeiras para suportar os ônus da pavimentação, cujo / custo é acrescido de juros e correção monetária, passam a ser os mais sacrificados, pois, "sobre o valor bruto e final das obras / ou serviços será incluída uma percetagem de 5%" (art. 12).

3.- No caso de Ibiúna, o artigo 4º prevê a autorização para a Prefeitura contratar a execução dos dois planos com empresas particulares, através de licitação.

Como se vê, desaparece o plano comunitário, já que a contratação da execução das obras será feita diretamente pela Prefeitura.

4.- O artigo 5º pretende consertar as /

13/10
Hely Lopes Meirelles

coisas, fazendo aparecer a figura de uma permissionária, que seria a escolhida para a execução do plano comunitário. Entretanto, erradamente a encarrega da elaboração dos projetos e custos também/ das obras a serem executadas através do plano extraordinário.

Dito isto, à guisa de considerações preliminares, passo a responder aos quesitos formulados pelo sr. Relator.

5.- A instituição do chamado "plano comunitário" é legal, uma vez escoimado o projeto de lei das dúvidas e contradições observadas.

6.- Quanto à sua viabilidade, há que se considerar duas hipóteses: a)- a de que todos os proprietários aceitem o plano, caso em que à Prefeitura caberá apenas a tarefa de fiscalizar a execução das obras; b)- a de que 40%, ou menos, não aceitem o plano.

Neste caso, a Prefeitura terá que executar as obras respectivas diretamente ou através de empreitada, neste caso mediante licitação e conseqüente contratação, recordando-se que, para a abertura da licitação serão necessários os projetos básicos e a previsão da despesa na peça orçamentária.

Além disso, há que se considerar que a Prefeitura não poderá cobrar o valor do custo das obras dos não optantes, embora a matéria venha tratada nos artigos 10 e seguintes da proposição.

E isto porque, conforme decisões recentes do Supremo Tribunal Federal, a recuperação dos custos da pavimentação/ somente poderá ser feita por meio de contribuição de melhoria (Revista dos Tribunais, vol. 525, pág. 263; RTJ, 61/160 e 63/829).

Aliás, Hely Lopes Meirelles já advertia que "sendo a pavimentação e o calçamento empreendimentos próprios do Município, ele os pode realizar diretamente, ou contratar a execução / com terceiros. No passado, o custeio e manutenção desses melhoramentos urbanos foi feito por taxa, validada pela Súmula 129, do Supremo Tribunal Federal, agora em conflito com o novo conceito constitucional desse tributo, só admissível para "serviços públicos específicos e divisíveis", em relação ao usuário-contribuinte (artigo 18, I). O correto, atualmente, é a recuperação do custo da pavimentação e do calçamento por meio de contribuição de melhoria, /

çamento deverá ser repartido "pro rata", segundo os critérios /
da lei, entre os proprietários beneficiados" (RT, 511/125).

posições do Decreto-Lei Federal nº 195, de 1967, que trata da /
matéria.

7.- Em São Roque foram executadas obras pelo /
chamado "plano comunitário", ora paralizado. Desconheço a situa
ção de Sorocaba e de Piedade.

8.- Pelo que ficou dito no ítem 6 deste parecer ilegal será o acréscimo de 5% sobre o valor bruto e final das obras ou serviços , assim como se nos parece ilegal o artigo 9º da proposição.

No caso das obras de pavimentação atingirem praças públicas ou imóveis de propriedade do Município, os pagamentos serão feitos na forma estabelecida nos editais de licitação e nas condições constantes das propostas da empreiteira vencedora da licitação, e não como vem estabelecido no §2º do artigo 79

24.02.81
M. Mass

PARECER AO PROJETO DE Nº005/71-E

Quanto ao Projeto em tela, achamos ser legal e -
constitucional, com exceção do Art. 12º onde versa, que será -
incluído no valor bruto e final das obras uma porcentagem de 5%
que reverterá ao Município, por acharmos ilegal tal cobrança.

Quanto a viabilidade de execução do referido plano
achamos inadequado para o nosso Município, em primeiro lugar -
por não tratar-se exclusivamente de um PLANO COMUNITÁRIO e --
sim de um PLANO COMUNITÁRIO EXTRAORDINÁRIO, tolhendo assim a
vontade dos proprietário de imóveis lindeiros a vias públicas,
de se cotizarem e empreitarem uma Firma especializada para fazer
o asfaltamento da referida Rua, pois se não houver pelo menos -
60% dos proprietários dos imóveis interessado a Municipalidade -
deixará de lado o PLANO COMUNITARIO, passando a exigir o esta-
belecido no PLANO EXTRAORDINARIO, constante do projeto em tela.
Em segundo plano, podemos dizer ser inadequado o referido projeto
especificamente para o nosso Município, pois uma grande parte -
dos proprietários de imóvel de nossa cidade possui uma baixa ren-
da ou poder aquisitivo, que fatalmente não iria concordar com a
cotização entre proprietários para a feitura da pavimentação.
Um outro ponto ainda devemos lembrar, que para a efetivação do -
Plano Comunitário demandaria algum tempo do qual IBIUNA não dis-
põe, pois necessitamos com urgência de reparos em nossa ruas.
Pelo que procuramos expor neste parecer é dar a incumbência -
exclusiva a Municipalidade para que ela faça as melhorias neces-
sárias em nossas ruas, uma vez que já adquiriu partes dos Maquiná-
rios necessários para os referidos serviços, e esta por seu Adminis-
trador e acesores saberão fazê-lo com muita mais economia para -
os Municípes, o qual fatalmente no PLANO EXTRAORDINARIO, não sabe-
rão.

PARA TANTO, ACHAMOS POR BEM DAR O PARECER CONTRÁRIO A TAL -
PROPOSITURA.

Sala das Comissões em 25 de fevereiro de 1981

INQUILIN ELIAS Versador



CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

REQUERIMENTO. Nº ____/81

1313
Figueira

Os Vereadores abaixo-assinado, vem pelo presente mui res-
peitosamente solicitar de V.Excia. a colocação em regime de -
Urgencia Especial o Projeto de Lei de nº 005/81, conforme -
o Art. 133 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Solicitamos outrossim a realização de uma Reunião Extraordina-
ria para depois de 30 ^{minutos} do termino da presente Sessão Ordinária, -
para o fim específico de se obter a segunda discussão e votação
do referido projeto em tela, uma vêz que o mesmo terminará o prazo
de 40 dias no proximo dia 15/03/81.

Sala das Sessões em 05 de março de 1.981.-

João Raha

João Raha



CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

16/14
J. J. J. J.

VOTAÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES DA CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA.-

VOTAÇÃO AO PROJETO DE Nº 005/81 -E.
FAVORAVEL AO PARECER DO RELATOR CONTRARIO AO PROJETO
COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO.

Presidente

[Signature]

Membros

[Signature]

Guilherme P. de Cruz

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Presidente

[Signature]

Membros

[Signature]

X. B. B.

COMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS E ATIVIDADES PRIVADAS:

Presidente

[Signature]

Membros

Abelardo F. de Aguiar

Lauroindo B. de Moraes



CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05/03/81

"SOB A PROTEÇÃO DE DEUS E DAS EM VIGOR"DECLARO ABERTA A PRESENTE
SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA.

1- Leitura da Ata *e*

Discussão

Votação

2-Ofícios do Executivo *e*

3-Outros Ofícios *e*

4-Requerimentos e Indicações *e*

5- Palavra Livre *e*

ORDEM DO DIA:

Projeto de lei Nº 005/81 E — Rejeitado por
Todos

Ordern do Dia - discussão dos Projetos nº 005/PI que
dizem que:

Lequim - sendo nomeado relator do referido projeto, justificou
o seu voto explicando aos sus. Deputados que consultando o Assessor
juridico da Câmara, sobre o seguinte (~~exuber~~ ^{exuber}) pois no parecer sobre
os itens citados, fazendo a seguir as observações necessárias sobre
itens, das desvantagens do referido Plano Comunitario, (pois a maioria
não conseguia pagar o asfaltamento.
Oto ao projeto é constit. e legal, resolvido o art. 12, mas demandaria
tempo e não precisamos dos aparos em novas ruas com urgência
e já que a Prefeitura adquiriu todo o maquinário para se fazer
os reparos, acreditava que nada melhor que a municipalidade
para assumir toda a obra, sem haver necessidade de terceiros, que
ficaria muito mais em conta para os munícipes e foi pensando
nisto que o meu parecer foi contrário ao Projeto de lei nº 005/PI-E
dizendo que não sabia pq a municipalidade queria passar a
responsabilidade a terceiros, qdo ela tem tudo para assumir.
Em seguida, esclareceu que os comissários fizeram dois tipos de
votação: 1ª uma favorável ao Projeto e outra favorável ao Parecer
acabou prevalecendo a favorável do Parecer contrário ao Projeto.
Benedito: disse referindo-se ao Projeto de lei nº 005/PI-E, disse
que concordava com o parecer do N. J. Lequim, pois achava que
havia chegado a hora da Prefeitura justificar a compra do ma-
quinário para o asfaltamento da cidade, usando os próprios fun-
dos municipais para esse fim, uma vez que ficaria mais
barato para os munícipes e politicamente a Administração se
beneficiaria, pois se aprovassemos o Projeto a Prefeitura ficaria
em situação delicada e nós também, porque temos de lutar
em benefício do povo. Disse que respeitávamos boas intenções de
chefes do Executivo ao mandar o Projeto, mas depois da explana-
ção do Vereador Lequim Elias que disse muito bem do que se
a contradição de terceiros para a referida obra, e que
as condições financeiras tinham que arcar com onerações
imprevistas, seria viável que a realização desse serviço fosse
pela própria municipalidade, nesse momento foi a parte dele
nosso Vereador Lequim Elias que esclareceu um item que havia
sido ~~omitido~~ esquecido, é no que diz respeito ao "politicamente" não
há interesse para o Executivo, e se nos somos companheiros dele
pq não vamos dar condições para uma imprensa do nosso mun-
do, venha a chocar contra o nome do Executivo, aproveitando-
se que adquiriu o maquinário para esse fim e depois encosta
a produção no depósito, como já aconteceu dias

retornando a palavra o Nobre Vereador Benedito disse que: estamos chegando no ano político e já está na hora de ir justificando os gastos, porque o povo quer realizações e os mais beneficiados ^{politicamente} somos nós, se agirmos bem e com essa atitude que tomamos a respeito do Projeto só irá beneficiar o ~~Povo~~ Executivo e o povo irá confiar mais em nossas atitudes.

Sala de Presidência - - -

Fadilo Rahal - manifestando-se disse que congratulou-se com os Vereadores que o antecederam. ~~Seguindo~~ ^{Seguindo} ~~Ellos~~ pelo pensamento próprio e pela lealdade demonstrada com esta Casa, sem faltar política e munidos de sinceridade, e como Presidente desta Casa retribuiu essa confiança a todos os Vereadores. Falando sobre o Projeto em pauta disse que ao rejeitá-lo não o estavam fazendo contra o Executivo, pelo contrário, estamos dando todos as condições para que ele mesmo execute essa obra. Falou sobre a disponibilidade de todos os Vereadores quando aprovaram a lei para que se efetuasse o empréstimo para a presente obra asfaltamento da cidade e já faz dois meses que isso aconteceu, endossou as palavras do Vereador Benedito Rolim de Freitas quando ~~ele~~ ^{e seguiu} ~~disse~~ ^{disse} que estava na Casa não só para defender o Executivo, mas para os interesses da comunidade, pois assumimos um compromisso com o povo, estamos precisando de um asfalto urgente e não a longo prazo e também, como iremos responder qdo nos perguntarem porque foi comprada a usina do asfalto e se amanha o jornal "A Vanguarda" nos critica, quem irá responder por nós? Quando fui eleito assumi um compromisso comigo mesmo e não desejo decepcionar ninguém.

Apartado pelo N. J. Benedito que disse confirmava + uma vez a lealdade ao Executivo, mas neste projeto e da maneira como ele viu, não podemos concordar, pois somos muitas vezes interpelados sobre o asfalto e solicitam de nós que lutem por isso, agora se contratamos um empréstimo e se não der certo que resposta daremos aos munícipes? Porque o nosso município não é rico como outros, portanto temos que ver a nossa própria realidade e fazer tudo de acordo com ela. Retornando a palavra o Nobre Vereador Fadilo Rahal disse que ao terminarem queria esclarecer que na Prefeitura tem uma funcionária que entende muito bem sobre asfalto e já deu provas disso e tem condições de comandar essa obra pela Prefeitura. Citou também o ~~Projeto~~ ^{Projeto} Comunitário que foi uma firma que começou a quando continuada a obra.

sendo apartado pelo vereador Luquim Elias

aparte launindo → usando a palavra ~~esse~~ que elogiou o
nobre Vereador Luquim Elias pela explicação tão clara
sobre a matéria no seu parecer e sobre o empréstimo já
efetuado pelo Executivo para asfaltar as ruas e para benzer
o Vereador dizendo que estava de acordo com o parecer
e contra o Projeto, e que deveria ser usado o dinheiro o mais
rápido possível a fim de que não sofria desvalorização.

Issao Saito manifestou-se dizendo que desejava obter
uma informação sobre os 60% ~~dos~~ moradores e se eles teriam
que pagar pelos 40% e no caso estes não pudessem, ao que o Vereador
Luquim Elias disse que alertava sobre esse item explicando
que poderia ser desta maneira ao que o Vereador Issao
Saito disse que muito mais justo ser contrário ^{esses 60%} pois
não poderiam arcar com a responsabilidade dos 40% e
o nobre Vereador Luquim disse que ~~esses~~ esses 40% não estavam
isentos, mas pagariam porque em a Prefeitura arcaria com esse
ônus, ou então ~~os 60%~~ pagariam seria radiado nos 60% e
então a ~~municipalidade~~ Executiva e depois eles pagariam
ao que o nobre Vereador Issao Saito disse que seria contra
o Projeto pelo benefício dos munícipes e para que ninguém
seja prejudicado.

Kauiz disse ~~que~~ que concordava em que se usasse a
rua do asfalto o mais rápido possível e que o asfaltamento
deveria ficar a cargo da municipalidade por causa da
desvalorização do dinheiro, no caso de se esperar para se
contratar uma firma para esse fim. Ninguém mais
querendo discutir, o Sr. Presidente colocou o Páuer em ~~de~~ ^{vota}
e tendo sido aprovado por todos os Vereadores presentes, a
seguir ~~colocou o Projeto de lei~~ sendo, portanto, repitado o Projeto
de lei nº 005/81-E em 1ª votação. A seguir o Sr. Presidente
anunciou que se realizaria uma sessão Extraordinária
após 30 minutos ao término desta a fim de se ~~realizar~~ ^{realizar a 2ª}
discussão do Projeto de lei nº 005/81-E e como não havia mais
nada a ser tratado na presente sessão, deu a mesma por encerrada.

aparte launindo → usando a palavra launindo que elogiou o
nobre Vereador Lequim Elias pela explicação tão clara
sobre a matéria no seu parecer e sobre o empréstimo já
efetuado pelo Executivo para asfaltar as ruas e parabenizou
o Vereador dizendo que estava de acordo com o parecer
e contra o Projeto, e que deveria ser usado o dinheiro e não
o rápido possível a fim de que não se fizesse desvalorização.

Issao Saito manifestou-se dizendo que desejava obter
uma informação sobre os 60% dos moradores e se eles têm
que pagar pelos 40% e no caso estes não pudessem, ao que o Ve-
rador Lequim Elias disse que alertava sobre esse item explicando
que poderia ser desta maneira, ao que o Vereador Issao
Saito disse que muito mais justo seria contrário porque esses
não poderiam arcar com a responsabilidade dos 40%
e o nobre Vereador Lequim disse que ~~esses~~ esses 40% não estão
isentos, mas pagariam, porque ou a Prefeitura arcaria com os
ônus, ou então ~~os 60% pagariam~~ seria radiado nos 60% e
então a ~~municipalidade~~ Executiva e depois eles pagariam
ao que o Nobre Vereador Issao Saito disse que seria contra
o Projeto pelo benefício dos municipais e para que ninguém
seja prejudicado.

Luiz disse que concordava em que se usasse a
rua do asfalto o mais rápido possível e que o asfaltamento
deveria ficar a cargo da municipalidade por causa da
desvalorização do dinheiro, no caso de se esperar para se
contratar uma firma para esse fim. Ninguém mais
querendo discutir, o Sr. Presidente colocou o Páuer em de-
bate, tendo sido aprovado por todos os Vereadores presentes.
~~segundo colocou o Projeto de Lei sendo, portanto, repitado o Proj~~
~~de Lei nº 005/81-E em 1ª votação.~~ A seguir o Sr. Presidente
anunciou que se realizaria uma sessão Extraordinária
após 30 minutos ao término desta a fim de se ~~realizar~~ realizar a 2ª
discussão do Projeto de Lei nº 005/81-E e como não havia m-
nada a ser tratado na presente Sessão, deu a mesma por en-
da...

Sessão Extraordinária do dia 05/03/81.

Leitura do Edital de Convocações

Ordem do Dia

Projeto de Lei nº 009, de 10/81-G - Leitura dos Pareceres
conferência

José Gomes - sobre o Projeto ~~que~~ em que o Executivo solicita dos milheiros de auxílios para a construção das quadras de lazer do trabalhador e se tentar nos para as necessidades esportivas e dar ao trabalhador fontes de lazer, concluindo que o Projeto deveria ser aprovado por unanimidade da Casa, uma vez que o plano de serviço vem anexado ao Projeto, e também por que se sabe em Sibina alguma coisa a mais para o trabalhador e seus filhos desfrutarem e ainda, um motivo para reunirmos e comover melhor. Portanto a pretensão do Executivo da abertura desse crédito Especial deve ser aprovada por esta Casa de leis.

Loca de Presidência.

Fadilo - com referência ~~ao~~ ao Projeto em pauta só nos resta parabenizar o chefe do Executivo ~~por~~ ~~por~~ porque sob essas iniciativas que nos enriquecem nesta Casa quando recebemos um Projeto que justifica onde será empregado o dinheiro, haja visto, que já foi entrado um projeto que se discutava a mesma importância, mas que talvez por erro dos assessores do Sr. Prefeito foi discriminado a penas a construção de uma quadra de ~~boa~~ malha, e talvez pela solicitação de toda a Casa que o Sr. Prefeito retirasse o Projeto e nos enviasse outro Projeto mais completo, a fim de que nós o discutíssemos e pudessemos deliberar a refuda importância. Com isso falou-se com o chefe do Executivo ~~por~~ ~~por~~ ter atendido e enviou o Projeto como deveria vir, com as três quadras e não a com uma, e em segunda reunião a Presidência e ~~colocou~~ como ninguém mais quis discutir, colocou em votação tendo sido aprovado por unanimidade dos Srs. Vereadores.

A seguir colocou em discussão o Projeto de Lei nº 010/81-G que dispõe (---) - como ninguém quis discutir, colocou em votação, tendo sido aprovado por unanimidade dos Srs. Vereadores. Em seguida convocou os Srs. Vereadores para uma Sessão Extraordinária após 30 minutos ao término desta para 2ª discussão dos referidos Projetos de Lei e em seguida deu a presente Sessão por encerrada.